

SOBRE O ANCIEN RÉGIME

Marcos Antônio Lopes
Doutorando em História — FFLCH/USP

F. BLUCHE, *L'Ancien Régime. Institutions et société*, Paris: Éditions de Fallois, 1993, 222 pp; *Louis XIV*, Paris: Arthème Fayard, 1986, 1039 pp.

I

Historiador da Idade Clássica, que corresponde aproximadamente ao período 1630-1760, François Bluche é hoje, para a França Moderna, o que representam um Jacques Le Goff ou um Georges Duby, para os estudos da Idade Média francesa. Coordenador de amplos projetos de pesquisa, organizador de uma obra imensa como o *Dictionnaire du Grand Siècle* (Arthème Fayard), François Bluche é ainda o autor consagrado de *Louis XIV* (Arthème Fayard), biografia monumental do Grande Rei, com a qual arrebatou o "Grand Prix d'Histoire Moët-Hennessy", em 1986.

L'Ancien Régime é um desses livrinhos de leitura agradável, escritos à maneira de um curso geral de História, nos quais certos nomes já reconhecidos e badalados dedicam-se a vulgarizar informações a um público que ultrapassa as fronteiras universitárias, atingindo também uma sociedade apaixonada e ávida pela leitura de sua história. De fato, é bem conhecido o prestígio que gozam os livros de História na França, pelo menos nas últimas duas décadas.

Este pequeno formato da Editora Fallois, que se lê tranqüilamente em duas ou três manhãs, aborda em cinquenta e cinco curtos capítulos um conjunto-chave de temas da França do Antigo Regime: o rei e seu reino, a administração estatal com seu emergente complexo burocrático, a vida social e religiosa e seu conjunto de mitos e crenças, e a divisão hierárquica da sociedade francesa fundada, principalmente, na idéia de privilégio, que se manifesta na prática pela crença na desigualdade natural entre os homens, pela queda ao auto-sacrifício entre as comunidades camponesas, já observada por Tocqueville; algo como a clássica visão do século XVIII, de que o hábito de sofrer acabou matando entre as populações rurais a consciência de que sofriam.

Fato curioso, a idéia de privilégio não nos é estranha, apesar de repugnante ao olhar contemporâneo. Mas para os homens do Antigo Regime, era muito diferente. O Professor Bluche ensina que essa noção ainda não adquiriu sentido negativo no quadro dos valores da época, ainda não tendo relação com supostas vantagens adquiridas sem mais critério que o suborno e outras práticas de corrupção. Foi a filosofia das Luzes que começou a trabalhar na fixação desse enfoque. Contudo, no tempo dos reis Bourbons, o conceito de privilégio ainda é uma figura de direito consuetudinário fixada por uma longa tradição, o que significa que tem valor legal. Em um texto do século XVIII, citado por C. B. A. Behrens, privilégio se definia muito naturalmente por: "*distinções tanto úteis quanto honrosas, dadas a certos membros da sociedade, e recusadas a outros*".

O autor analisa como o rótulo pejorativo de "*Ancien Régime*" deve ser considerado como uma espécie de etiqueta póstuma, que se não foi propriamente inventada por Mirabeau em 1790 — já no contexto da Revolução Francesa — teve nesse personagem o seu maior divulgador. O conceito surge como uma expressão negativa, e como um construto ideológico, que tencionava alimentar as polêmicas em torno de uma ordem social, e de um sistema político, que se pretendia destruir.

Daí a idéia ainda hoje muito arraigada de associar "*Ancien Régime*" a tudo que pareça arcaico e ultrapassado, segundo o olhar da posteridade. Fato curioso, os homens dos séculos XVI a XVIII não consideravam o seu tempo como uma época abominável. Pela ótica de um Bossuet, ou até de um Voltaire, a sua época era o melhor dos mundos possíveis. É conhecido o elogio do filósofo iluminista ao *Siècle de Louis XIV*, que segundo ele tirara a França das trevas da Idade Média.

Discutindo conceitos como o de "monarquia absoluta", François Bluche demonstra que por esse termo deve se entender com mais propriedade uma forma de legitimidade incontestada, antes que uma soberania indivisível e um poder de coerção efetivo por parte do poder real. François Bluche pondera que, mesmo sendo a França um país que ao longo do Antigo Regime já se encontrava bem centralizado politicamente,

te, e que sequer possuía uma constituição escrita, mesmo assim o poder central estava limitado por uma cascata interminável de direitos consuetudinários, inibidores de uma série de iniciativas por parte dos governantes: criação de novos impostos, desmembramento do reino, desrespeito aos direitos tradicionais específicos de cada província, etc...

O livro revela a concepção política muito peculiar das sociedades do Antigo Regime na França: a idéia do corpo místico é a noção mais difundida e aceita, e que representa o reino como uma estrutura organicamente articulada, que não se pode separar, à semelhança do próprio corpo humano, que se torna uma figura incompleta, se qualquer de seus membros não se encontre bem preservado.

François Bluche analisa a teoria política legitimadora do poder real na França borbônica: o direito divino dos reis. O autor vê no influente Bossuet apenas um sintetizador que, na segunda metade do século XVII, teve o mérito, inegável é verdade, de amplificar uma idéia política já anteriormente trabalhada no plano teórico pelos grandes juristas de fins do século XVI e início do século XVII, como Jean Bodin, Loyseau e Cardin Le Bret.

A idéia da anterioridade da monarquia francesa, fundada com o batismo de Clóvis na Idade Média, revela o prestígio da realeza sagrada diante dos franceses do Antigo Regime. F. Bluche demonstra como o título de *roi très chrétien* está relacionado à teologia política do direito divino da Época Moderna, mas remontando pelo menos aos meados do século XIII. Na verdade, esse título havia sido conferido ao rei Luís IX, mais tarde canonizado por influência de seu neto, Filipe o Belo. O livro faz eco à clássica obra de Marc Bloch, uma vez que o aspecto mágico da realeza sagrada, o toque taumatúrgico, merece um capítulo à parte.

A riqueza de temas é imensa, cada um dos cinquenta e cinco pequenos capítulos abordando aspectos específicos com o propósito, aliás muito bem alcançado, até onde isso é possível, de formar uma síntese completa. O texto traz análises esclarecedoras de um fenômeno político tipicamente francês: a venalidade dos ofícios. Esse elemento peculiar ao Estado monárquico francês fez da monarquia uma "administração de expedientes", imediatista, pouco competente e racional; a venalidade dos ofícios foi um dos elementos que prestou um grande contributo ao desenvolvimento da reação nobiliárquica, um dos fatores mais importantes para o início da Revolução Francesa. A venalidade dos ofícios não criava receita permanente à administração, pressionando-a a aumentar a carga tributária sobre os segmentos da elite social do Antigo Regime, em particular a alta nobreza que pagava imposto irrisório, e só a partir de Luís XIV.

A escalada demográfica no século XVIII, que fez da França o reino mais forte da Europa, com aproximadamente 26 milhões de habitantes, é estudada em seus variados aspectos. O autor demonstra que, apesar de seu imenso potencial humano, da sua invejável força de trabalho, os franceses ricos do *Ancien Régime* optaram por esterilizar seus capitais em terras e em ofícios públicos, elementos que poderiam favorecer o enobrecimento de suas famílias, uma ou duas gerações mais tarde.

Esse fascínio pelos valores aristocráticos faz lembrar o cômico Burguês Fidalgo, da peça homônima de Molière, que dava de boa vontade dois dedos da própria mão ao cepo, se disso dependesse seu enobrecimento. Esta observação ridicularizante de Molière revela de fato o ethos próprio das elites do Antigo Regime: a etiqueta rígida, o sistema cerimonial e o jogo de precedências, que fazem com que muitas vezes um burguês recentemente enobrecido queira recolher mais imposto ao rei, significando ser ele de um grau mais eminente! Isso é o que René Rémond chama de “ânsia de consideração”, ou seja, a necessidade de ser notado, de gozar de atenção na corte, aspecto psicológico que irá opor inconciliavelmente, burguesia e nobreza, no processo conhecido como a “reação nobiliárquica” das últimas três décadas do século XVIII.

A assistência social e a instrução pública proporcionadas pelo clero e, mais tarde, pelo próprio Estado, é um tema novo, historiograficamente falando. François Bluche esclarece inúmeros detalhes quanto à educação na França Moderna, fator que juntamente com a riqueza de alguns segmentos sociais, ajudou a desestabilizar a antiga ordem, que já datava de três séculos. O Antigo Regime surge como uma sociedade muito mais complexa que o velho esquema difundido tanto pelos manuais quanto pela historiografia tradicional, da qual os primeiros são reflexos.

Com efeito, o livro quer informar que, principalmente nos séculos XVII e XVIII, os padres não continuaram simplesmente a rezar, os nobres a conduzirem caçadas e batalhas, e os demais homens a plantar para o sustento de todos. De fato, esse modelo explicativo é quase infantil para a análise da nova e complexa ordem sócio-econômica e política erigida ao longo da Idade Clássica.

A obra termina com o estudo dos elementos que ajudaram a formar o magma da Revolução Francesa: suas origens intelectuais e a contribuição da filosofia das Luzes, o papel da miséria e da prosperidade do reino nos anos que precedem o movimento revolucionário, a influência das sociedades de pensamento (clubes e salões), o peso da reação nobiliárquica às novas reformas de Luís XVI, bem como os furores camponeses, demonstrando que a análise da dissolução do Antigo Regime deve considerar a importância relativa de cada um desses fatores.

O livro traz ainda, como anexos, testemunhos de autores responsáveis por teorias clássicas acerca dos três últimos reinados da dinastia Bourbon

na França do Antigo Regime: Voltaire analisa a superioridade do reinado de Luís XIV; o abade Véri prova que o reinado de Luís XV ultrapassou a qualquer outro em volume de boas obras; por último, Edmund Burke faz crer que a época de Luís XVI não poderia ter engendrado a Revolução, por se tratar do período mais glorioso e próspero da história da França.

Esses testemunhos tencionam demonstrar que a História das origens da Revolução Francesa ainda se encontra sob o domínio de diversas interpretações, cabendo à historiografia contemporânea o indispensável papel de contrastar as várias teses, para conservar de cada uma aqueles elementos que se aproximem de uma teoria explicativa mais completa. Isto significa que, apesar de um Michelet, de um Burke ou mesmo de um Tocqueville terem exagerado o peso de determinadas influências desencadeadoras da tempestade revolucionária, muitos de seus juízos ainda estão corretos, sendo necessário estar atento a isso.

Uma cronologia ampla, que remonta à Idade Média, junto com um quadro dinástico dos reis de França, um ótimo léxico histórico e uma bibliografia atualizada completam a obra, dando a ela um inegável caráter de síntese que não foge a sua intenção: dar a conhecer três séculos de história sem transmitir ao leitor qualquer sensação de salto cronológico ou vazio temático.

II

O mundo de Luís XIV revelado por um de seus grandes historiadores. François Bluche escreveu uma das obras mais eruditas e completas sobre o Grande Rei. O autor demonstra neste livro como este príncipe espetacular orientou a história da França no sentido da criação de um reino novo, dotado de instituições modernas, que mudaram o curso de tradições imemorais da monarquia francesa. A trajetória desse astro luminoso se materializou na ação de um príncipe que não se preocupou apenas em renovar e modernizar as estruturas administrativas, remodelando a própria sociedade francesa e criando os meios necessários para a promoção de novas elites políticas, recrutadas entre os *robins*. Como ele mesmo se referiu nas *Memórias*, não fazia parte de seus interesses políticos mais elevados dividir sua glória com *gentilhommes* orgulhosos, que cobriam, com certeza, posições de destaque no espetáculo do poder. Nesse sentido, promoveu ao cenário político-administrativo aqueles elementos que não tinham o orgulho da nobreza, com a vantagem de serem profissionais altamente especializados em funções administrativas. Segundo o Rei, não seria difícil fazer crer a estes, porque de uma dignidade inferior, que todo sucesso deveria ser creditado unicamente ao Príncipe. Daí o lamento amargo do duque de Saint-

Simon, ao se referir à época de Luís XIV como "o longo reino da vil burguesia".

A história do Grande Rei, contada em mais de mil volumosas páginas, inicia-se com a aparição maravilhosa de Louis Dieudonné, que François Bluche denomina "l'enfant du miracle", o filho longamente esperado pelos franceses. Ao longo do Antigo Regime, período em que predominou uma concepção transcendente da sociedade política, os franceses concebiam a realeza como uma instituição sagrada. Os reis de França eram sagrados em Reims, capital religiosa do reino desde a Idade Média, cerimônia através da qual recebiam definitivamente a chancela de Deus e da Igreja para governar.

Em muitas fases da história do *Ancien Régime*, particularmente em períodos de crises profundas, o primogênito de um rei era aguardado com grande expectativa e, em sua vinda ao mundo, acrescentava-se ao nome do príncipe o Dieudonné. Tal título se incorporava ao nome do Delfim, cujo nascimento era concebido como um presente dos céus para assegurar a paz e a prosperidade da França.

Este foi particularmente o caso de Luís XIV. Filho tardio de Ana d'Austria e Luís XIII, o futuro monarca veio à luz após vinte e três anos de uma longa e angustiada espera, numa França dilacerada por sublevações camponesas e revoltas nobiliárquicas. A frustrante e aparentemente misteriosa esterilidade do casal real colocou à nação, por longo tempo, o terrível drama da sucessão ao trono, cujo desdobramento era a própria continuidade da França, enquanto monarquia coesa e soberana.

É preciso considerar que, nesse contexto, as lembranças das Guerras de Religião ainda estavam muito quentes na memória dos franceses. Assim é que, o aparecimento de Luís XIV, se inscreve no imaginário político da França moderna como uma aparição maravilhosa, responsável por reforçar a crença na realeza sagrada, em sua missão de conduzir o reino guiando-se pelas mais altas virtudes.

O jovem príncipe surge como o símbolo da identidade nacional de uma França católica dilacerada por guerras e revoltas. Os contemporâneos consideraram o nascimento do Grande Rei como obra da graça divina invocada longamente por uma verdadeira onda de intercessões místicas. Como se refere Jean Meyer, seu aparecimento tardio foi celebrado em toda a França como o "milagre capetíngio", fruto de um incontestável providencialismo. (*La naissance de Louis XIV*. Paris: Éditions Complexe, 1989).

François Bluche revela as peculiaridades da educação de um príncipe, negligenciada por Mazarino e seus preceptores; discute também a influência marcante que foi para o jovem Rei os eventos da guerra civil,

que deixaram traços indelévels em sua personalidade. Compreende-se dessa maneira certas atitudes radicais do soberano, como o *Leito de Justiça* convocado após a guerra civil, no qual ele humilha o Parlamento de Paris e afasta, daí por diante, qualquer possibilidade de *remontrance*. O historiador francês desvenda como Luís XIV tirou lições práticas da Fronda, e de como o Rei aplicou todos os ensinamentos desse conflito, que está na base de sua concepção da soberania indivisível, como ele a expressou em suas *Mémoires*.

O livro de François Bluche é de uma enorme riqueza temática. Nele são abordados interessantes aspectos como a educação do Príncipe, de como o futuro rei de França descobre, através de uma formação específica, os segredos da realeza, que o levou a uma concepção muito original do direito divino dos reis. As estruturas econômicas da França no século XVII merecem destaque na obra. O objetivo do Autor é demonstrar que, acima de tudo, Luís XIV foi um grande arquiteto, um talentoso mestre-de-obras que, encontrando um reino onde tudo estava por fazer, ergueu uma obra imensa e duradoura. Isso faz recordar a clássica expressão de Voltaire em sua *Lettre à Millord Harvey*, ao lembrar que “*não somente se fizeram grandes coisas em seu reinado, mas era ele mesmo quem as fazia*”.

A contribuição de Luís XIV no campo das artes é abordada de maneira viva e sugestiva. O Autor enfoca o fenômeno da veneração ao Rei, os mecanismos da propaganda monárquica que levaram ao patriotismo exacerbado e à própria idolatria, tecendo considerações sobre os recursos monetários empregados pelo Rei para custear os intelectuais da Academia Francesa. Nesse livro vamos encontrar aspectos relacionados à prazerosa vida de corte, os elementos que compuseram a complicada etiqueta de Versalhes, com seus gestos regulados e calculadamente estudados por cada um dos participantes do espetáculo do poder real, as novas normas de civilidade colocadas em prática no palácio, e o sentido político mais profundo das cerimônias reais.

A história política e social da França também se liga à história da sociedade de corte. Sobre esse aspecto, são analisadas as revoltas camponesas da segunda metade do século XVII e as questões relacionadas à França religiosa: o problema jansenista, a questão protestante, o fenômeno do quietismo, entre outras. O Autor analisa o poderio de Luís XIV, a força das armadas do reino à época do expansionismo francês pela Europa e o mundo colonial.

Além da esfera da vida econômica dos franceses do século XVII, dos aspectos demográficos, sociais e institucionais, a história da França é estudada em suas dimensões políticas, reveladoras de uma cultura francesa que foi modelo para toda a Europa. O professor Bluche se esforça em discutir as peculiaridades da personalidade de Luís XIV, a

sua incansável atividade em busca de grandeza e glória, a partir da segunda metade de seu reinado pessoal, os anos de magnificência efetiva do Príncipe que coincidem com o período 1673-1685, os primeiros transtornos e abalos da política expansionista do Rei, os seus grandes equívocos políticos dos quais se destaca os dois maiores: a Guerra da Holanda e a Revogação do Edito de Nantes.

François Bluche integra a França de Luís XIV na tapeçaria mais complexa da Europa moderna, mostrando as orientações seguidas pelo Rei, os revezes dos últimos anos de seu reinado. A política religiosa que sangrou a França em seu patrimônio humano e recursos econômicos vultosos, a propaganda européia contra Luís XIV, a coalizão das nações contra a França, são problemas que ajudam a individualizar Luís XIV diante dos homens de Estado de seu tempo, mostrando que foram suas atitudes originais diante dessas vicissitudes que o alçaram à condição de maior mito político francês, até Napoleão. O Autor se debruça sobre o fatídico último ano do reinado de Luís XIV, sobre a crise de consciência vivida pelo Rei, demonstrando quase na intimidade os dilemas da alma e os conflitos pessoais enfrentados pelo soberano.

É preciso referir que este *Louis XIV* de François Bluche constitui-se numa das interpretações mais recentes e originais sobre a época que moldou a moderna civilização francesa do século XVIII. A bibliografia seleciona textos importantes de caráter geral e específico, o que ajuda a ampliar os horizontes de leitura para o interessado em temas mais amplos ou monografias regionais da história da França na idade da realeza solar.